

## Opinião N8

# DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR - PARTE II

MARIA PAULA DALLARI BUCCI\*

PAULA BRANCO DE MELLO\*\*

A experiência de criação e implantação do PROUNI teve um papel importante também, direto e indireto, sobre a revisão dos procedimentos de ingresso na educação superior. Como é sabido, além das barreiras não educacionais, havia uma barreira específica, consubstanciada no vestibular tradicional, que discriminava, desde muito cedo, sob o título do mérito acadêmico, as trajetórias educacionais diferenciadas pelo histórico de instituições educacionais frequentadas, segundo a capacidade econômica e o *background* cultural e social dos pais.

A adoção, pelo Prouni, das notas do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem como critério de seleção e distribuição das bolsas deu nova amplitude e significado ao Exame. Criado em 1998, originalmente como ferramenta de avaliação dos egressos e concluintes da educação básica, nas suas primeiras edições o Enem visava apenas a informação agregada às Secretarias de Educação dos Estados e demais autoridades educacionais. As provas versavam sobre Conhecimentos Gerais e redação e eram aplicadas a uma pequena parcela dos estudantes.

### Ampliação do Enem: a avaliação como processo educativo

Em 2005, quando o Exame passou a selecionar os bolsistas do Prouni, as inscrições dobraram, passando de cerca de 1,5 milhão para 3 milhões de candidatos. Em seguida, com a divulgação do programa e a diversificação dos usos do exame, ano a ano o volume de inscritos cresceu, atingindo a marca de 5,8 milhões de inscritos, em 2012, o que faz da prova uma das maiores avaliações de ensino médio do mundo.

Os resultados iniciais da experiência conferiram a convicção de que se podia aprofundar esse movimento para a renovação dos processos convencionais de ingresso na educação superior, com a utilização do Enem para a mensuração da formação de nível médio, à semelhança dos modelos de avaliação final do ensino médio adotados em vários países, tais como o SAT, nos Estados Unidos, ou o Baccalaureat, na França, por exemplo. Com isso, a avaliação passaria a privilegiar conteúdos, habilidades e competências articulados, em lugar da memorização e reprodução de conhecimento enciclopédico típicos dos vestibulares tradicionais, criando-se condições para que o Enem fosse utilizado como alternativa ou complemento a eles.

Em 2009, foi revista a Matriz do Enem, que passou a compreender, além da redação, exames de Matemática e Linguagens e também as áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

---

\* Foi Secretária de Educação Superior (2008-2010) e Consultora Jurídica do MEC (2005-2008). Professora da Faculdade de Direito da USP e do Mackenzie, em São Paulo.

\*\* Diretora de Políticas e Programas de Graduação (DIPES) da Secretaria de Educação Superior, desde fevereiro de 2009.

Além disso, passou a ser empregada uma modificação técnica no Exame, a Teoria da Resposta ao Item (TRI), que deu novo alcance à prova, na medida em que permite a comparação dos resultados. A metodologia da TRI --- utilizada em avaliações internacionais como o *Programme for International Student Assessment (Pisa)*, o *Literacy Assessment Monitore (Lamp)* e também no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) --- se baseia em modelagem estatística, que possibilita a elaboração de provas com graus de dificuldade equivalentes, e assim, torna-as plenamente comparáveis e isonômicas. Isso assegura a utilização de seus resultados de forma confiável para processos seletivos baseados em desempenho mínimo e na comparação entre os candidatos.

Outras modificações foram aplicadas ao Enem ampliado. Nesse período, passou-se a informar os resultados por estudante e por escola, o que alargou o campo de visão sobre a avaliação. Além disso, aplicou-se a diretriz da multiplicação dos locais de prova, incluindo os rincões mais distantes do país, aos quais se chega de barco, às vezes em mais de um dia de viagem, democratizando também o acesso geográfico aos locais de exames, que passaram a contemplar estudantes das mais diversas localidades. A adoção de um exame único, de caráter nacional e cuja capilaridade alcança cerca de 15 mil locais de prova em mais de 1.600 municípios, imprime um caráter republicano à forma de acesso ao ensino superior, convergindo para a concretização do princípio constitucional de educação como direito de todos.

O Enem tem sido utilizado ainda na composição da nota dos vestibulares em número expressivo de instituições de ensino superior. Com efeito, o crescimento das inscrições para o exame tem sido motivado pelas suas diversificadas formas de utilização e, especialmente, pela alta demanda de bolsas do Prouni e de vagas públicas ofertadas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu, referido mais à frente). As edições do Prouni e Sisu 1/2013, que utilizaram as notas das provas para a seleção dos estudantes, registraram, respectivamente, cerca de 1 milhão e 2 milhões de candidatos inscritos. O Enem se legitima assim, como importante via de acesso ao ensino superior, instrumento que democratiza a educação e inclui sem discriminar com base em critérios extra-educacionais.

O novo alcance e significado do Enem foi amplamente apoiado pelos vários setores envolvidos, tanto representativos da educação superior pública, como responsáveis pelo ensino médio<sup>1</sup>. Construía-se uma “ponte institucional” entre dois mundos até então muito distantes, posto que o vestibular tradicional em certo sentido sacramentava a desobrigação do ensino superior público com os problemas de qualidade das fases anteriores do ciclo educacional. A barreira do vestibular permitia às universidades ocupar-se apenas dos alunos mais bem formados, selecionados por critérios estabelecidos em círculos restritos, em geral pequenas comissões de vestibular que, mesmo quando orientadas pelos colegiados de graduação, organizavam a seleção a partir da reiteração de pontos extraídos dos programas do ensino médio, sem maior esforço crítico em relação à propriedade ou adequação de tais programas à formação esperada dos candidatos e aos seus poderosos efeitos indutores sobre a organização do ensino médio de maneira geral.

A construção desse campo de esforço comum, que é o Enem com o escopo ampliado, permitiu que se concebesse a utilização de um único procedimento de avaliação como referência de seleção para o Prouni, para as instituições públicas de educação superior participantes do Sisu e também para a certificação da Educação de Jovens e Adultos em nível médio, o que passou a ocorrer depois de 2009. A interação sistemática dos responsáveis por esses vários segmentos passa a permitir o rompimento de um verdadeiro *apartheid* educacional no país, que segregava as trajetórias educacionais dos bem nascidos daquelas marcadas pelos acidentes da fortuna. Nesse sentido, os esforços para o aprimoramento contínuo dos exames devem ser vistos como oportunidade de diálogo entre a universidade, os institutos de educação técnica e tecnológica e as escolas de ensino médio (ou os órgãos governamentais que as congregam) a respeito das expectativas em relação à formação de nível médio, dando ensejo à construção de uma cultura institucional crítica sobre os caminhos a adotar para a melhora da qualidade educacional nessa fase, hoje a mais problemática na educação básica no país.

---

<sup>1</sup> Nomeadamente a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o Fórum de Pró-Reitores de Graduação (Forgrad), o Conselho dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Conif) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), entre outros.

## O Sisu: efeitos sobre a mobilidade nas instituições públicas de educação superior

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi criado, em 2009, a partir da demanda das instituições federais de educação superior que optaram pela utilização imediata do Enem no novo formato, em substituição aos seus vestibulares.

A concepção e a forma de operação do Sisu baseiam-se inteiramente na plataforma informatizada desenvolvida para o Prouni (embora seja mais simples que esta, posto que não depende de funcionalidades para cálculo de número de bolsas com fins de isenção fiscal nem para sua alocação de acordo com os requisitos de renda e cotas --- obrigatórios para todos os bolsistas no caso do Prouni e aplicáveis apenas à parcela dos cotistas, no Sisu).

A cada processo seletivo --- realizam-se dois por ano --- o MEC disponibiliza o sistema de seleção unificada, inteiramente informatizado, para que as instituições, por meio de adesão voluntária, lancem as vagas ofertadas em seus cursos de graduação. Dessa forma, compõe-se um montante de vagas disponíveis, todas públicas e gratuitas, cuja seleção é baseada exclusivamente nas notas do Enem<sup>2</sup>.

Com as notas obtidas no Exame, constantes na base informatizada do Inep, os alunos fazem suas inscrições, que permanecem abertas por um período de 5 dias. Nesse prazo, diariamente, são atualizadas as notas de corte, com base na comparação das notas dos candidatos inscritos até aquele momento. Com isso, o candidato sabe, antes mesmo da publicação oficial do resultado, se tem ou não chance naquele curso. E em caso negativo, tem a possibilidade de redirecionar a sua escolha, reduzindo a frustração pela impossibilidade de acesso.

Esse modelo inovador e inclusivo tem sido referendado pelas instituições, que já somam 101 participantes, 43 das quais universidades federais, além da totalidade dos IFs e algumas universidades e instituições estaduais. À guisa de ilustração, no processo 1/2013 foram disponibilizadas quase 130 mil vagas por meio do Sisu.

No acompanhamento dos sucessivos processos de seleção, uma das razões apontadas pelas instituições tem sido a qualidade acadêmica dos candidatos selecionados, em geral considerados maduros e mais preparados que os escolhidos no vestibular tradicional. O Sisu desonera as instituições que participam com a totalidade de suas vagas da realização de seus vestibulares, simplificando e melhorando o processo de seleção. Com ele, abre-se uma possibilidade antes só idealmente contemplada, o acesso do estudante a cursos distantes da sua localidade de origem, o que potencializaria as condições para a mobilidade estudantil e democratização do acesso, como no caso dos candidatos a cursos de medicina, que concorrem exclusivamente com sua nota no Enem e não mais em virtude da capacidade econômica de custear a realização de vários vestibulares. Embora o efeito de mobilidade seja mais modesto que se apontava inicialmente (com o temor de alguns), ele contribuirá para a dinamização das instituições públicas, que com melhores estudantes terão estímulo adicional para revisão de programas e métodos de ensino.

---

<sup>2</sup> Não se aceitam no Sisu vagas condicionadas a provas de habilidade específica, como para os cursos de Música ou Arquitetura, por exemplo, que tornariam inviável a seleção pendente de critérios a serem apurados no futuro.